BASE VII

Para efeitos de administração, orientação e fiscalização do ensino primário, tanto oficial como particular, o País será dividido em regiões escolares e estas em círculos, devendo as respectivas áreas corresponder, tanto quanto possível, à divisão administrativa.

Os serviços administrativos do ensino funcionarão diferenciadamente dos de orientação pedagógica e fiscalização, concentrando-se os primeiros na sede das regiões escolares, e estas serão dotadas do pessoal de secretaria indispensável à eficiência dos respectivos serviços.

BASE VIII

As câmaras municipais fornecerão instalações para as escolas e postos escolares, providas do material didáctico necessário e de uma pequena biblioteca popular adequada ao meio; as escolas complementares disporão ainda de anexos indispensáveis para o ensino prático que lhes competir segundo a sua diferenciação. A instalação compreenderá ginásio coberto, que servirá também para cantina, e terreno anexo com amplitude suficiente para recreio dos alunos e para os exercícios da Mocidade Portuguesa.

As instalações escolares obedecerão, tanto quanto possível, aos seguintes princípios: atribuição de edifícios e recreios independentes a cada sexo; proximidade de cada sala de aula em relação ao respectivo núcleo de alunos; mínimo de concentração de salas de aula, variável segundo as circunstâncias.

Será concedida a participação do Estado para a construção dos edifícios escolares, segundo a ordem de precedência que fôr determinada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, ouvido o da Educação Nacional. Os edifícios escolares, ainda que doados ao Estado, serão, em princípio, do tipo adequado à região.

Nos meios rurais, e em relação a cada lugar docente, as câmaras municipais reservarão aos professores ou regentes diplomados moradia apropriada, mediante o pagamento de uma renda módica.

BASE IX

O Estado subsidiará cursos nocturnos para o ensino primário elementar nos Sindicatos Nacionais e nas Casas do Povo, dos Pescadores e da Lavoura, bem como, por iniciativa de corpos administrativos ou a requerimento de núcleos de analfabetos, quando o número e a idade destes o justifiquem, nas escolas e postos escolares, ou noutra local de conveniente instalação; e a sua regência poderá ser confiada, na falta de candidatos legalmente idóneos, a pessoas autorizadas a exercer o respectivo ensino particular.

Os concessionários do Estado e dos corpos administrativos e as entidades particulares, individuais ou colectivas, que tiverem pessoal assalariado em concentração que justifique a existência de escolas ou de postos escolares são obrigados a sustentá-los convenientemente instalados e apetrechados, bem como os cursos nocturnos que se tornarem necessários para os operários e suas famílias.

Nas mesmas escolas ou postos escolares será realizada aos sábados, por pessoas idóneas, a «hora educativa

para os trabalhadores», destinada especialmente à difusão de conhecimentos elementares sobre higiene moral e física, técnica profissional, corporativismo e história pátria, bem como ao exercício do canto coral.

É instituído em todos os estabelecimentos oficiais de ensino primário, sem prejuízo do respectivo serviço, o «voluntariado para o combate ao analfabetismo», e será promovida a concessão de galardões e prémios aos professores, regentes e outras pessoas idóneas que o exerçam, em função do aproveitamento do aluno fora da idade escolar.

BASE X

O ensino primário é inteiramente gratuito para os pobres; os que o não forem pagarão uma propina ou taxa moderada, variável segundo a situação económica e os encargos de família.

Serão instituídas bôlsas de estudo para alunos pobres muito bem dotados moral e intelectualmente.

Serão fixados por lei os vencimentos dos professores do ensino complementar e dos regentes diplomados das escolas elementares, e ainda os prémios a conceder, segundo o seu rendimento, ao ensino particular exercido em lugares de extrema dispersão populacional.

Publique-se cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1938.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*António Faria Carneiro Pacheco*.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 28:679

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É transferida no capítulo 5.º «Direcção Geral do Ensino Técnico—Escolas industriais, comerciais e industriais-comerciais», do artigo 692.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício», n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei», para o artigo 701.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício», n.º 2) «Pessoal contratado», do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o ano económico de 1938, a importância de 500.000\$, destinada ao pagamento de vencimentos de professores e mestres, contratados, estagiários, provisórios, e professoras de puericultura.

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1938.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*António Faria Carneiro Pacheco*.